



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**DUILIA DALYANA RIBEIRO DOS SANTOS**

**VIOLÊNCIA E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA: 2000-2010**

**SUMÉ - PB**

**2014**

**DUÍLIA DALYANA RIBEIRO DOS SANTOS**

**VIOLÊNCIA E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA: 2000-2010**

**Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.**

**Orientador: Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior**

**SUMÉ – PB**

**2014**

S237v Santos, Duília Dalyana Ribeiro .  
Violência e (in)segurança pública na Paraíba. / Duília  
Dalyana Ribeiro Santos. – Sumé - PB: [s.n], 2014.

45 f.

Orientador: Prof. Dr. José Maria Pereira da Nóbrega  
Júnior.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal de  
Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do  
Semiárido. Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1.Segurança Pública. 2. Violência na Paraíba. 3.  
Políticas públicas em segurança. I. Título.

CDU: 316.334.56 (043.3)

**DUÍLIA DALYANA RIBEIRO DOS SANTOS**

**VIOLÊNCIA E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA NA PARAÍBA: 2000-2010**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Unidade de Educação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Ciências Sociais.

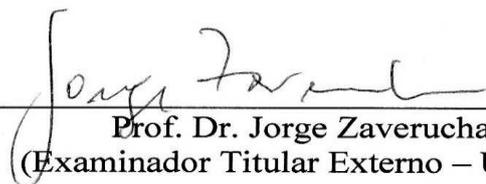
**BANCA EXAMINADORA:**



Prof. Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior  
(Orientador – UFCG/ CDSA)



Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos  
(Examinador Titular Interno – UFCG/ CDSA)



Prof. Dr. Jorge Zaverucha  
(Examinador Titular Externo – UFPE)

**Nota: 9,5**

**SUMÉ – PB, 11 DE ABRIL DE 2014.**

À minha filha Laura Ribeiro da Nóbrega, tudo que faço é, primeiramente, por ela.

Aos meus pais que me deram a vida e durante ela fizeram com que eu sempre tivesse apreço pelos estudos.

Dedico também a todas as vítimas da insegurança deste país, aos filhos brasileiros que se transformaram em estatísticas do crime.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, ao todo poderoso Deus, e a fé que tenho nele foi fundamental para me encorajar nesta labuta. Aos meus pais Adriana Ribeiro e Duílio Roberto, que tanto me apoiaram neste trabalho; aos meus irmãos Abraão e Neto. Todos da minha família que se esforçaram para que eu concluísse essa etapa da minha vida.

Aos professores que contribuíram para minha formação acadêmica, cada um ao longo do curso deixou um ensinamento importante para edificação de minha vida pessoal e acadêmica, em especial José Maria da Nobrega Junior, Valdonilson Barbosa, Marciano Monteiro, Vilma Soares, Walberto Barbosa e Sheylla Galvão. Mestres me espelho em vocês.

Alguns amigos queridos também foram fundamentais para que eu concluísse essa etapa. Dentre eles destaque: Juliana Feitosa, Gillianne Nunes, Carleanne Fernandes, Rosines Rocha, Tamyres Dauanna, Aparecida Gomes e Flavia Antonino.

E o que agradecer a você Junior? Obrigada pela paciência, incentivo e principalmente pelo carinho. Valeu a pena toda distancia, todo sofrimento, todas as renúncias. Hoje estamos colhendo, juntos, os frutos do nosso empenho, da nossa dedicação.

Por fim, agradeço a minha filha Laura que é fonte inspiradora para tudo em minha vida. Faço isto por ela.

## RESUMO

A Segurança Pública, assim como a Saúde e a Educação, é um direito civil e social garantido pela Constituição Federal de 1988. Logo, deve o Estado garantir a vida dos seus cidadãos. Contudo, só no Nordeste as taxas de homicídios saltaram de 19,36 homicídios por cada grupo de 100 mil habitantes, em 2000, para mais de 34/100 mil em 2010. As Nações Unidas e a Organização Mundial da Saúde estipulam num patamar de 10/100 mil o nível de tolerância de violência homicida. O caso do Nordeste mais que triplica o nível estipulado internacionalmente. O Estado da Paraíba teve um crescimento na ordem de 65% nos números absolutos de homicídios no período 2000-2010, e a sua dinâmica vítima principalmente os jovens do sexo masculino, com menos de 12 anos de escolaridade e pardos, alvejados em sua maioria por arma de fogo. Dos 223 municípios que compõem a geografia da Paraíba, 26 deles, ou um pouco mais de 10% do total, são responsáveis por mais de 80% de todos os assassinatos ocorridos. Verifico a dinâmica, as relações causais e o papel do estado democrático de direito nos homicídios perpetrados no período 2000-2010 nos 26 municípios mais violentos da Paraíba por suas taxas de homicídios. A metodologia utilizada é, preponderantemente, quantitativa com a análise descritiva de dados, assim como também, baseada em alguns estudos de: Jorge Zaverucha, José Maria da Nóbrega Júnior, Gláucio Soares, Luiz Flávio Saporì, Kant de Lima e afins. Todos pertencem ao rol dos estudiosos da violência que considera a política pública como impactante no arrefecimento da criminalidade, seja no Estado ou no município.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Violência na Paraíba. Políticas públicas em segurança.

## ABSTRAC

The Public Safety as well as Health and Education , is a civil and social rights guaranteed by the Constitution of 1988. Soon , the state must safeguard the lives of its citizens . However , only in the Northeast homicide rates jumped from 19.36 homicides per 100 thousand inhabitants in 2000 to more than 34/100 thousand in 2010 . The United Nations and the World Health Organization stipulate a level of 10 / 100 000 the tolerance level of homicidal violence . The case of the Northeast more than triple the level stipulated internationally . The state of Paraíba had a growth of 65 % in the absolute numbers of homicides in the 2000-2010 period , and its dynamics victim mostly young males , under 12 years of schooling and browns , shot mostly by gun fire . Of the 223 municipalities that make up the geography of Paraíba , 26 of them , or a little over 10 % of the total , account for over 80 % of all murders . Check the dynamic , causal relationships and the role of the democratic state of law perpetrated homicides in the period 2000-2010 in the 26 most violent municipalities in Paraíba by their homicide rates . The methodology is mainly quantitative, with the descriptive data analysis , as well as , based on some studies : Zaverucha Jorge , José Maria da Nobrega Junior , Gláucio Soares , Luiz Flávio Saporì , Kant de Lima and the like. All belong to the list of scholars who consider violence as public policy impacting the cooling of crime , whether in the State or municipality .

**Key words:** Public Safety. Violence in Paraíba. Public policy.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1 -</b>	Taxas das Mortes por Agressão (homicídios) na Paraíba – 2000 a 2010 .....	12
<b>Gráfico 2 -</b>	Taxas de Homicídios no Nordeste – 2000/2010.....	18
<b>Gráfico 3 -</b>	Números absolutos de homicídios x Nível de Escolaridade na Paraíba para aqueles com menos de 12 anos de escolaridade - 2000-2010.....	23
<b>Gráfico 4 -</b>	Taxas das Mortes por Agressão (homicídios) na Paraíba – 2000 a 2010.....	32
<b>Gráfico 5 -</b>	Números Absolutos de Violência Homicida João Pessoa e Campina Grande – 2000/2010.....	33
<b>Gráfico 6 -</b>	Violência Homicida Campina Grande e João Pessoa por arma de fogo – 2000/2010 (números absolutos).....	34

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 -</b>	Números absolutos de homicídios - diferença no período 2000/2010 - variação %.....	19
<b>Tabela 2 -</b>	Municípios da Paraíba – Taxas homicídios/100 mil – óbitos 5 a + 5 – População (2009).....	19
<b>Tabela 3 -</b>	Números Absolutos x Nível de Escolaridade- 2000 a 2010.....	21
<b>Tabela 4 -</b>	Números absolutos de vitimização, segundo cor da pele na Paraíba, 2010.....	24
<b>Tabela 5 -</b>	Taxas, segundo sexo na Paraíba, 2000-2010.....	25
<b>Tabela 6 -</b>	Diferenças percentuais nas taxas de homicídios masculino e feminino por cidade.....	27
<b>Tabela 7 -</b>	Números de Homicídios x População Jovem (15 a 29 anos) – 2010	28
<b>Tabela 8 -</b>	Cidades de Porte Populacional Semelhante a Campina Grande.....	32
<b>Tabela 9 -</b>	Violência homicida em Campina Grande e João Pessoa 2000/2010 – Sexo Masculino.....	33
<b>Tabela 10 -</b>	Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa por Faixa Etária – 2010.....	34
<b>Tabela 11 -</b>	Violência Homicida em João Pessoa – cor da pele (2000/2010).....	35
<b>Tabela 12 -</b>	Violência Homicida <i>versus</i> Anos de Escolaridade em Campina Grande 2000/2010.....	36
<b>Tabela 13 -</b>	Regiões, total de municípios e com Guarda municipal – 2009.....	39

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CID – Classificação Internacional de Doenças.

CLI – Crimes Letais Intencionais.

CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais.

DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	VIOLÊNCIA MEDIDA PELOS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA.....	12
1.2	ALGUNS OBJETIVOS QUE SUSTENTAM O ESTUDO.....	13
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE OS ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA.....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>O PANORAMA DOS HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS.....</b>	<b>18</b>
3.1	DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA HOMICIDA NOS MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS DA PARAÍBA.....	20
3.2	PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	29
<b>4</b>	<b>VIOLÊNCIA HOMICIDA E A SEGURANÇA PÚBLICA EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE.....</b>	<b>31</b>
4.1	DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA HOMICIDA EM CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA.....	31
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA.....	36
<b>5</b>	<b>GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA.....</b>	<b>38</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Entre os temas que mais preocupam os brasileiros anunciados pela imprensa está a atual situação da segurança pública no país. O Estado, não tem conseguido controlar a criminalidade violenta na sociedade brasileira. A segurança pública é uma das políticas públicas executadas pelo Estado, é um direito civil e social garantido pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos quinto e sexto, respectivamente. Há uma crise da segurança no país, o que vem acentuando os elevados índices de criminalidade, especificamente na região Nordeste. Praticamente, todos os Estados dessa região apresentam elevados indicadores de violência, sobretudo a homicida, sem respostas adequadas do Estado em um de seus principais papéis, o de monopólio da força.

Os estudos sobre violência e segurança pública dentro do debate das Ciências Sociais brasileira passaram a ter maior impacto em fins da década de oitenta em alguns trabalhos como os de Coelho (1988), Paixão (1988) e Zaluar (1985) com estudos preponderantemente qualitativos. Contudo, não há monocausalidade ou generalização de explicação da criminalidade. Há no cerne do debate vários estudos sociológicos, principalmente aqueles que condescendem das teorias iniciadas nos Estados Unidos na década de sessenta, mostrando que independente do contexto socioeconômico que o indivíduo está inserido a prática delituosa pode sim ser motivada pela ausência de fatores exógenos coercitivos e de controle.

Nóbrega Jr. (2012) destaca a importância das políticas públicas de segurança como atenuador dos números de homicídios, principalmente, dos últimos 10 anos na região Nordeste e na Paraíba. A inoperância do poder público somado a uma segurança pública falha importaria no crescimento positivo das mortes por agressão. Analisando este problema na prática e trazendo-o mais para perto, o Nordeste apresenta uma das maiores taxas de todo o país. Só no Estado da Paraíba teve um crescimento na ordem de 65% nos números absolutos de homicídios no período 2000-2010, e a sua dinâmica vitima principalmente os jovens do sexo masculino, alvejados em sua maioria por arma de fogo.

O problema maior que a presente pesquisa analisou por meio de uma revisão da literatura e apresentação de dados<sup>1</sup>, oferecidos pelo Estudo de Caso, são os seguintes questionamentos:

---

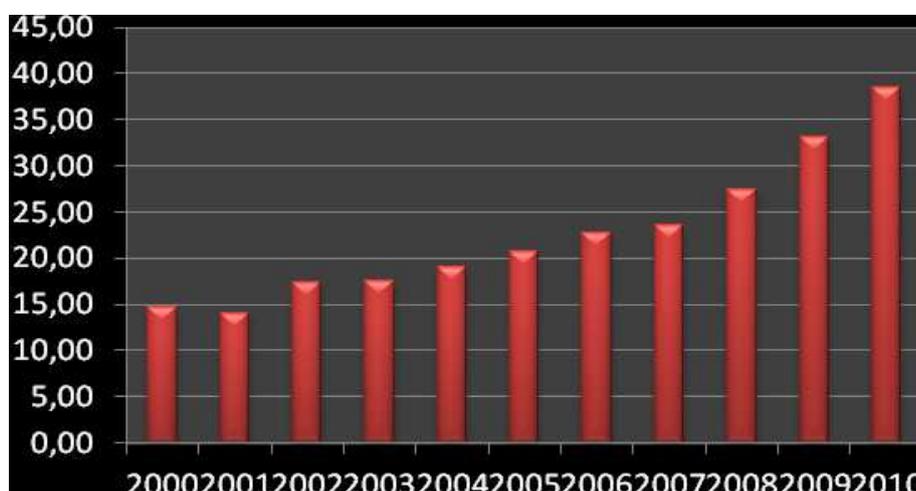
<sup>1</sup> Na metodologia do estudo apresento os detalhes técnicos do banco de dados.

- O que a literatura contemporânea sobre violência e segurança pública traz?
- Como, em números, através da análise descritiva de dados se apresenta a criminalidade na Paraíba?
- Quais os grupos mais vitimados por homicídio na Paraíba?
- As instituições importam no arrefecimento da criminalidade?

### 1.1 VIOLÊNCIA MEDIDA PELOS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA

Os homicídios na Paraíba são crescentes e linearmente positivos nos últimos dez anos. O homicídio é o principal *Proxy* de análise da violência nos estudos internacionais que tratam do tema da violência e da segurança pública. Entre 2000 e 2010 a taxa de homicídios na Paraíba saltou de um patamar de aproximadamente 15/100 mil habitantes para mais de 38/100 mil, ou seja, 60,5% de crescimento em 10 anos (Cf. Gráfico 1). Os números absolutos saltaram de 507 homicídios, em 2000, para 1.452, em 2010, ou seja, 65,8% de crescimento.

**Gráfico 1 - Taxas das Mortes por Agressão (homicídios) na Paraíba – 2000 a 2010**



**Fonte:** Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde (SIM/MS).

O caso da insegurança na Paraíba é bastante preocupante. Os dados mostram o quanto é significativo o crescimento das mortes por agressão no Estado. Sendo assim, indicando que a criminalidade violenta há tempos já não é, somente, característica das metrópoles sudestinas.

É possível encontrar explicações que levam em consideração as causas sociais como únicas possíveis de influenciar os indivíduos à prática da criminalidade. Não obstante, a

literatura nacional fornece outra linha teórica, na qual aponta para uma relação entre políticas públicas e o aumento ou a diminuição da criminalidade violenta e a segurança pública é um ramo das políticas públicas de responsabilidade dos governos, concomitantemente, dos tomadores de decisão responsáveis por dirigir a administração pública em diversos setores.

## 1.2 ALGUNS OBJETIVOS QUE SUSTENTAM O ESTUDO:

- Apontar o crescente número de homicídios na Paraíba no período 2000-2010. Auxiliado por uma revisão da literatura e por análise de dados resgatados do Banco de Dados do SIM/DATASUS.
- Avaliar o incremento das altas taxas de homicídios e suas possíveis relações causais, por meio dos dados secundários fornecidos pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM).
- Analisar qual a dinâmica desses homicídios no Estado nos últimos 10 (dez) anos.
- Calcular os níveis percentuais e taxas de homicídios tendo como base aqueles dados já apontados.
- Avaliar a gestão pública na área da segurança pública nas duas principais cidades da Paraíba: João Pessoa e Campina Grande.

A metodologia da pesquisa foi preponderantemente quantitativa, com revisão da literatura nacional dos estudos de vitimização, violência e segurança pública. Privilegiou estudos de banco de dados institucionais tais como o IBGE e o SIM/DATASUS<sup>2</sup>. O cálculo das taxas de homicídios foi executado tendo em vista a seguinte fórmula:

$$\mathbf{TXHM} = \mathbf{NHOM/POP} = \mathbf{R X 100.000} = \text{taxa de homicídios por cem mil habitantes.}$$

A pesquisa foi elaborada em duas etapas no período de trabalho do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Estudo para Iniciação Científica) no período 2011-2012 e 2012-2013. Portanto, o desenvolvimento do trabalho tem a formatação de dois artigos que serão os dois capítulos empíricos da presente análise. O capítulo teórico foi formatado de acordo com a revisão da literatura encontrada nos dois artigos resultado das pesquisas acima apontadas.

---

<sup>2</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Sistema de Informação de Mortalidade do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde/DATASUS.

## 2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE OS ESTUDOS DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

Becker (1968) introduziu na criminologia estudos baseados no raciocínio lógico do agente criminoso como fator causal para a prática de delitos e crimes. A racionalidade inerente ao agente econômico estaria na raiz de sua análise. Dessa forma, este autor inicia a discussão instrumental sobre o crime e a delinquência. Influenciando, deste modo, os estudos empíricos sobre a criminalidade baseados na Teoria da Escolha Racional.

Por exemplo, Beato e Reis (2000) concluíram que o desenvolvimento social e econômico motiva o crescimento da violência, especialmente, os crimes contra o patrimônio. A Teoria das Oportunidades, segundo estes autores, destaca que, em municípios mais desenvolvidos há: a) mais riquezas disponíveis; b) maior número de ofensores motivados; e c) mecanismos frágeis de coerção estatal. Os modelos estatísticos citados pelos autores relacionaram variáveis socioeconômicas com as taxas de criminalidade. Já no que diz respeito aos mecanismos frágeis de coerção estatal, não foi encontrado nenhuma comprovação inferencial que afirmasse tal assertiva.

Os modelos estatísticos apresentados pelos autores não mostraram significância de relação entre pobreza/desigualdade e criminalidade violenta. Concluíram que, ao contrário da vasta literatura internacional sobre o tema, em Minas Gerais, há uma relação negativa entre emprego e redução de criminalidade violenta (Beato e Reis, 2000, p. 389-390).

Fleisher (1966) e Ehrlich (1973) examinaram o efeito da taxa de desemprego sobre o crime, percebendo que a primeira variável é um indicador complementar das oportunidades do ingresso no mercado de trabalho formal. Nos seus estudos empíricos, ambos os autores demonstraram que as taxas de desemprego não são significantes estatisticamente. Os modelos de séries temporais aplicados no estudo não descobriram relação significativa entre desemprego e crime.

Ainda Ehrlich (1973) encontra na pena de morte um significativo impacto sobre as taxas de criminalidade. Segundo este autor:

la disuasión esencialmente busca modificar el ‘precio del crimen’ para todos los agresores mientras que la incapacitación – de manera análoga, rehabilitación – actúa através de la remoción de un subconjunto de criminales condenados desde el mercado de los delitos (op. Cit apud FAJNZYLBER ET AL 2001. p. 7).

Cerqueira, Lobão e Carvalho (2007) afirmaram que há relação entre a ineficácia da atuação das instituições coercitivas e o crescimento dos homicídios. Para os autores, a inoperância do sistema de justiça criminal mina um dos principais pilares do estado de direito: a capacidade de responsabilização das instituições coercitivas (O'DONNELL, 1998). Ou seja, fazer cumprir as relações contratuais entre indivíduos e entre estes e as instituições possuidoras do monopólio da força. De toda a forma, estes mesmos autores não focaram seus modelos empíricos para explicar essa relação causal. O foco do estudo concentrou-se nas relações entre desenvolvimento socioeconômico e as taxas de homicídios no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Para Kant de Lima (1995) o inquérito policial é o instrumento de acusação mais importante no sistema de justiça brasileiro. Elaborado pela Polícia Civil, sua condução segue algumas fases: 1. Averiguar os possíveis tipos de crime; 2. Os locais onde o crime teria ocorrido; 3. O modus operandi do crime. Em tese, todas estas fases ajudariam a polícia a chegar ao possível suspeito. Investindo na formação policial o estado teria resposta mais eficaz no processo de condução do inquérito, sobretudo de homicidas contumazes.

Soares (2008) destaca as dificuldades em se fazer estudos comparativos sobre violência entre os países da América Latina. Quase todos não possuem dados confiáveis anteriores à década de sessenta, diferentemente dos países desenvolvidos. Dessa forma, as teorias são difíceis de serem testadas pela escassez de dados. Não obstante, a melhoria dos estudos sobre violência, homicídios e segurança pública está condicionada a trabalhos empíricos que busquem avaliar o real impacto das variáveis independentes de caráter socioeconômico e institucional com os níveis de violência na América Latina.

Nóbrega Júnior (2010 e 2012) afirma que as taxas de homicídios no Nordeste crescem, principalmente, devido à falta de *accountability*<sup>3</sup> das instituições coercitivas. Não obstante a melhoria das condições socioeconômicas e ao crescimento do efetivo das polícias no Nordeste, as mortes por agressão continuam sendo perpetradas quando o governo se mostra ineficaz na condução das políticas públicas em segurança.

Para Zaverucha (2009, p. 49), as práticas “policialescas” já é algo comum e há algum tempo no cotidiano brasileiro. Elas são constantemente relatadas, em especial, pelos cidadãos mais pobres. Nesta situação o estado de direito democrático torna-se um mero apêndice. Em sólidas democracias, que não é o caso brasileiro, a polícia é uma agência de controle social

---

<sup>3</sup> *Accountability* horizontal, segundo O'Donnell (1998).

que mantém tal mando através de aplicação da lei. Na semidemocracia brasileira a tortura como técnica de investigação, a falta de aplicação correta da lei e da ordem pelo aparato de justiça criminal, bem como o parco investimento em segurança pública pelos entes federativos, são pontos cruciais para este aspecto de fragilidade da democracia brasileira (ZAVERRUCHA, 2005; NÓBREGA JR, 2010).

Barata e Ribeiro (2000) avaliaram o impacto de algumas variáveis socioeconômicas em relação aos homicídios. O objetivo central deste trabalho foi verificar a correlação entre urbanização, pobreza e desigualdade econômica com as taxas de homicídios no Estado de São Paulo no ano de 1996. Testaram variáveis consideradas clássicas para a pobreza, como o coeficiente de Gini. Os testes estatísticos mostraram que crescimento dos homicídios em São Paulo tem relação com a pobreza, a desigualdade social e o processo de urbanização. A hipótese defendida no trabalho foi que quanto maior a desigualdade econômica, maior o risco de crescimento dos homicídios em uma população, independentemente de seu nível de riqueza (BARATA; RIBEIRO, 2000, p. 119).

Para Saporì (2008) boas políticas públicas devem ser articuladas entre diversos segmentos dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Para ele, o fator determinante da ineficiência do sistema de justiça criminal é a má gestão estatal na administração dos assuntos de políticas públicas de segurança. Planejamento, monitoramento, avaliação de resultados, gasto eficiente dos recursos financeiros não têm sido procedimentos frequentemente usados nas ações de combate à criminalidade. (SAPORI, 2008, p. 109).

Na visão de Ferreira *et al*, (2009) as políticas públicas de segurança e reformas institucionais no aparato de justiça do Estado de São Paulo foram fatores significantes para a redução da violência homicida. Observaram que os distúrbios sociais, provocados pela alta taxa de criminalidade das décadas de oitenta e noventa, revelaram às autoridades a necessidade de maiores investimentos nas políticas de segurança e de direitos humanos, sobretudo no âmbito dos municípios.

Conforme observamos na literatura consultada para a fundamentação teórica do presente estudo, é quase unânime a importância dada pelos estudiosos à capacidade ou incapacidade estatal em garantir políticas públicas de segurança eficazes como sendo o ponto nevrálgico do controle da violência, em especial dos homicídios. Todos os analistas consultados demonstram uma linha de raciocínio, baseada em análises quantitativas, onde a relação socioeconômica do vitimado tem forte impacto nas taxas de homicídios. Contudo, o mesmo não acontece com outras variáveis clássicas de caráter socioeconômico, como o nível

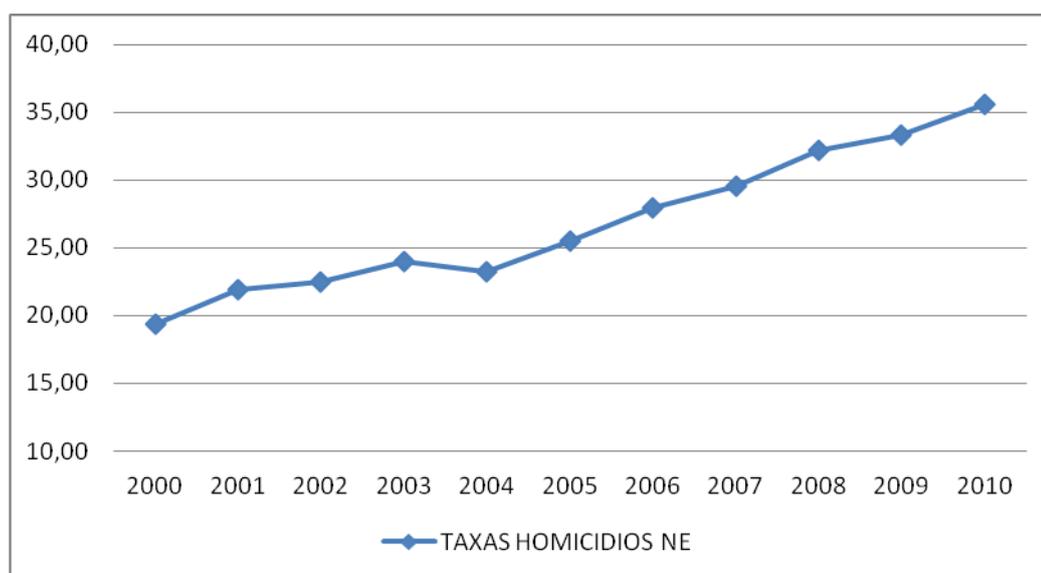
de desemprego e a pobreza medida pela concentração ou desconcentração de renda. Nessas relações os modelos estatísticos mostram-se frágeis em suas relações causais (NÓBREGA JR., 2012).

Tendo em vista estes resultados de análise bibliográfica, esboçamos no próximo capítulo a análise dos dados de violência e de caráter socioeconômico que foram confrontados e analisados descritivamente.

### 3 O PANORAMA DOS HOMICÍDIOS NOS MUNICÍPIOS PARAIBANOS

O Nordeste apresenta atualmente uma das maiores taxas de homicídios do país. O crescimento de suas taxas é linear e contínuo desde, pelo menos, o início da década passada. Em dez anos foram contabilizadas 150.888 mortes por agressão. A taxa por cem mil habitantes saltou de 19,36 homicídios, em 2000, para 35,54/100 mil em 2010, ou seja, um incremento percentual de 45,5% nas taxas de homicídios em dez anos (Gráfico 2). Com variação percentual de +51% na diferença entre 2000 e 2010 com 9.622 assassinatos a mais (Cf. Tabela 1). Os números absolutos em 2000 foram de 9.245 vítimas. Em 2010 esta cifra subiu para mais de 18.867 assassinatos, praticamente, dobrando o número de homicídios.

**Gráfico 2 - Taxas de Homicídios no Nordeste – 2000/2010**



**Fonte:** Ministério da Saúde/Sistema de Informação de Mortalidade/IBGE CENSO 2010/ (cálculo das taxas NÓBREGA JR. 2012).

Apesar das taxas do Nordeste serem inferiores às da região Norte, em seus números absolutos de homicídios nenhuma outra região rivaliza com os números absolutos nordestinos. Dos 52.260 assassinatos ocorridos em 2010 no Brasil, 36%, ou seja, 18.867 homicídios foram registrados no Nordeste. À exceção de Pernambuco, nos últimos três anos da série histórica, todos os outros Estados da região Nordeste apresentaram crescimento em seus indicadores de violência homicida. A Paraíba apresentou nível de incremento percentual na diferença entre 2000 e 2010 de 65,15% (Cf. Tabela 1).

**Tabela 1 - Números absolutos de homicídios - diferença no período 2000/2010 - variação %**

	2000	2010	diferença	variação %
Região Nordeste	9245	18867	9622	51,00%
Maranhão	351	1515	1164	76,83%
Piauí	230	411	181	44,04%
Ceará	1232	2687	1455	54,15%
Rio Grande do Norte	257	810	553	68,27%
Paraíba	507	1455	948	65,15%
Pernambuco	4290	3470	-820	-23,63%
Alagoas	727	2087	1360	65,17%
Sergipe	409	676	267	39,50%
Bahia	1242	5756	4514	78,42%

**Fonte:** Ministério da Saúde/Sistema de Informação de Mortalidade  
IBGE CENSO 2010/Tabela formatada pelos autores

A maioria dos 223 municípios paraibanos tem população inferior aos 10 mil habitantes. Um pouco mais de 10% desses municípios concentra a maioria dos assassinatos de toda a Paraíba. Para ilustrar, a tabela abaixo apresenta os 26 municípios que foram responsáveis por 1.039 dos 1.251 assassinatos ocorridos no ano de 2009 (DATASUS/SIM. Cf. tabela 2). Ou seja, nesses municípios ocorreram 83% dos homicídios de todo o Estado. Este será o nosso foco geográfico.

**Tabela 2 - Municípios da Paraíba – Taxas homicídios/100 mil – óbitos 5 a + 5 – População (2009)**

Municípios	Taxas 100 mil	5/+ 5 óbitos	População
ALHANDRA	42,55	8	18.933
ARARUNA	39,99	8	20.005
AROEIRAS	70,98	14	19.722
BAYEUX	83,16	80	96.197
BELÉM	33,82	6	17.736
CAAPORÃ	59,8	12	20.065
CABELO	84,83	44	51.863
CAMPINA GRANDE	39,6	152	383.767
CATOLÉ DO ROCHA	49,17	14	28.468
CONDE	38,37	8	20.847
ESPERANÇA	35,64	11	30.856
GUARABIRA	14,25	8	56.137
JOÃO PESSOA	60,8	427	702.234

**Tabela 2 - Municípios da Paraíba – Taxas homicídios/100 mil – óbitos 5 a + 5 – População (2009) (Continuação)**

Municípios	Taxas 100 mil	5/+ 5 óbitos	População
LAGOA SECA	27,16	7	25.771
MAMANGUAPE	23,99	10	41.676
PATOS	51,62	52	100.734
PEDRAS DE FOGO	51,62	14	27.117
PRINCESA ISABEL	34,97	7	20.016
QUEIMADAS	29,76	12	40.321
RIO TINTO	21,01	5	23.789
SANTA LUZIA	54,26	8	14.742
SANTA RITA	54,42	69	126.776
SÃO BENTO	49,41	15	30.353
SAPÉ	54,52	26	47.682
SOLEDADE	51,38	7	13.622
SOUSA	22,75	15	65.932
<b>PARAIBA</b>	<b>33,18</b>	<b>1251</b>	<b>3.769.954</b>

**Fonte:** SIM/DATASUS = números absolutos de homicídio / IBGE = população dos municípios. Cálculos das Taxas Nóbrega Jr (2011).

Dessa forma, questiono:

- Qual a dinâmica dos homicídios perpetrados nos municípios paraibanos mais violentos?
- Quais os grupos mais vitimados em seus aspectos socioeconômicos?

### 3.1 DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA HOMICIDA NOS MUNICÍPIOS MAIS VIOLENTOS DA PARAÍBA

Os fenômenos analisados abaixo constituem o perfil das pessoas vitimadas na Paraíba e traçam as características dos homicídios no Estado. Podemos observar que de 2000 a 2010, numa série ininterrupta, ascendem em números absolutos e em taxas a incidência de homicídios em pessoas de cor da pele parda, com menos de 12 anos de escolaridade, de jovens entre 15 e 29 anos de idade, majoritariamente do sexo masculino. Nesta seção serão

apresentados os dados referentes às macrovariáveis, mostrando o caráter estrutural dos homicídios, sendo estudados numa série histórica de dez anos.

A primeira característica analisada é a escolaridade da vítima, ilustrado pela tabela três e pelo gráfico dois. Os municípios abaixo apresentam sérias disparidades entre as pessoas que são vitimadas com menos de 12 anos de escolaridade e as que são vitimadas com mais de 12 anos de escolaridade de 2000 a 2010<sup>4</sup>, se destacando: Bayeux, Campina Grande, Catolé do Rocha, João Pessoa, Patos e Santa Rita. Ou seja, a relação entre nível de escolaridade e números absolutos de homicídios é alta. Então, quanto menos anos de escolaridade, maior a probabilidade de vitimização por homicídio.

**Tabela 3 - Números Absolutos x Nível de Escolaridade- 2000 a 2010.**

Municípios	menos de 12 anos	12 anos a mais
Alhandra	19	0
Araruna	52	0
Aroeiras	13	0
Bayeux	244	2
Belém	43	0
Caapora	36	0
Cabedelo	73	0
Campina Grande	572	17
Catolé do Rocha	162	5
Conde	18	0
Esperança	14	0
Guarabira	46	0
João Pessoa	818	23
Lagoa seca	17	0
Mamaguape	27	0
Patos	122	2
Pedras de Fogo	36	0
Princesa Isabel	15	0
Queimadas	22	0
Rio tinto	5	0
Santa Luzia	5	0
Santa Rita	205	1
São Bento	37	1
Sapé	50	0
Soledade	16	1
Sousa	32	0

**FONTE: SIM/DATASUS (2013) - Elaborado pelo autor.**

<sup>4</sup> Dados referentes aos números registrados, ou seja, sem levar em consideração os números de homicídios com dados ignorados quanto ao nível de escolaridade das vítimas.

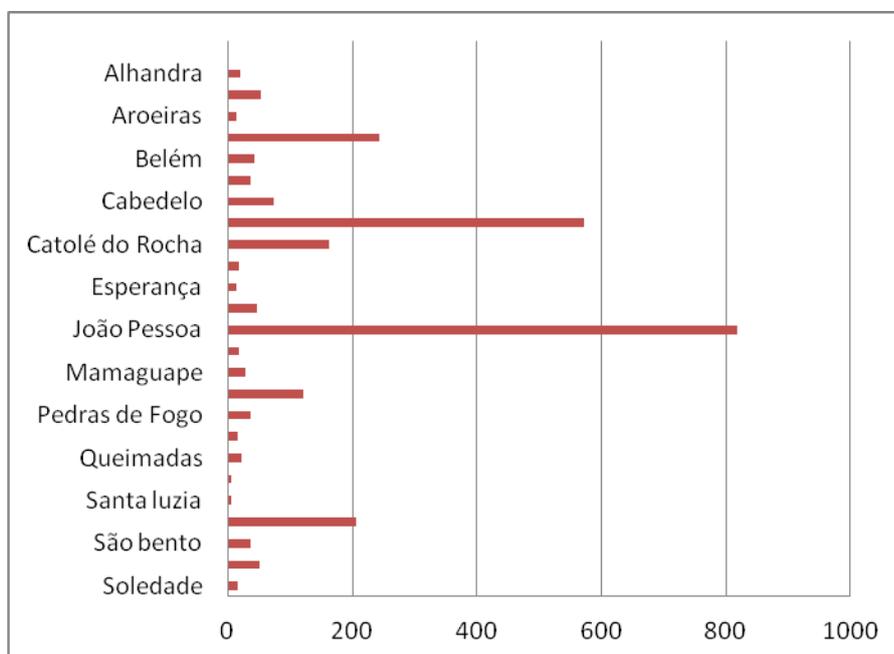
Desta forma a maioria das vítimas possuem menos de 12 de escolaridade nos 26 municípios observados. Em Bayeux, por exemplo, foram 244 pessoas assassinadas com menos de 12 anos de escolaridade de 2000 a 2010 e apenas duas com mais de 12 anos de escolaridade. Em Cabedelo, as chances de uma pessoa ser vitimada com nível de escolaridade baixa também é bem maior. Foram 73 pessoas assassinadas durante os 10 anos, só que nenhuma delas tinha mais de 12 anos de escolaridade. Percebe-se que o percentual ultrapassa os 95% dos dados registrados por esta variável socioeconômica.

Em Campina Grande foram perpetrados 589 homicídios no período, contudo, 572 dessas vítimas, ou 97% delas, abaixo dos 12 anos de estudo. Em Catolé do Rocha, dos 167 assassinatos ocorridos entre 2000 e 2010, 162 deles foram de pessoas vitimadas com menos de 12 anos de escolaridade o que correspondeu a 97% dos casos.

Em João Pessoa, capital do Estado, os dados seguiram a mesma tendência dos municípios analisados anteriormente. Dos 841 assassinatos ocorridos no período, 818 deles vitimaram pessoas com menos de 12 de escolaridade, correspondendo a um percentual de 97,5% do total.

Patos e Santa Rita seguiram a mesma tendência dos municípios em destaque. O que nos leva a concluir com a análise dos dados que o nível de escolaridade importa muito. Em relação às políticas públicas, os governos municipais teriam papel fundamental em fornecer políticas educacionais integradoras, principalmente para os jovens que, como veremos abaixo, são os mais vitimados por faixa etária, levando assim, e como sugere a nossa análise, a uma diminuição dos homicídios. Já que, a relação entre níveis baixos de escolaridade e vitimização por homicídios é muito alta.

**Gráfico 3 - Números absolutos de homicídios x Nível de Escolaridade na Paraíba para aqueles com menos de 12 anos de escolaridade - 2000-2010**



**Fonte:** SIM/DATASUS (2013). Elaborado pelo pesquisador.

No que tange a cor da pele as pessoas de cor parda são as mais vitimadas nos 26 municípios. Dos 1.027 assassinatos ocorridos nas vinte e seis cidades, 904 deles era da cor parda, ou seja, 88% dos casos (NÓBREGA JR., 2012, p. 79).

Analisando os dados referentes ao ano de 2010 (SIM/DATASUS; 2013), em Bayeux foram 95 pessoas assassinadas de cor da pele parda, para 3 branca e 2 preta. Cabedelo também mostrou a mesma tendência com a cor da pele parda tendo 67 homicídios perpetrados, seguido da cor preta com 4 e a cor branca com 1. Em Campina Grande foram perpetrados 178 homicídios registrados sob a cor da pele parda, cinco de cor de pele branca, duas de cor de pele amarela e uma de etnia indígena. Catolé do Rocha apresentou 26 homicídios em cor da pele parda, nove em cor de pele branca e duas em cor de pele preta. João Pessoa foram 461 assassinatos para cor da pele parda, 13 para cor da pele branca e 5 para cor de pele preta. Em Patos ocorreram 53 homicídios para cor de pele parda, dois para cor de pele branca e um para cor da pele preta. Em Santa Rita, foram 96 homicídios para cor da pele parda, dois para cor de pele branca e um para cor de pele preta. Percebemos que majoritariamente, as pessoas mais vitimadas são da cor da pele parda, em mais de 90% dos

casos registrados/analizados, a minoria vitimada foi categorizada em preta, branca, indígena e amarela<sup>5</sup> (Cf. Tabela 4).

**Tabela 4 - Números absolutos de vitimização, segundo cor da pele na Paraíba - 2010**

Municípios	cor/raça				
	branca	preta	parda	Amarela	Indígena
ALHANDRA					
ARARUNA			2		
AROEIRAS	1		2		
BAYEUX	3	2	95		
BELEM	1		2		
CAAPORA			11		
CABEDELO	1	4	67		
CAMPINA GRANDE	5	2	178	1	1
CATOLE DO ROCHA	9	2	26		
CONDE			13		
ESPERANÇA			4		
GUARABIRA		8	12		
JOAO PESSOA	13	5	461	1	
LAGOA SECA			6		
MAMAGUAPE	1		9		
PATOS	2	1	53		
PEDRAS DE FOGO	2		10		
PRINCESA ISABEL	1		1		
QUEIMADAS			11		
RIO TINTO			7		
SANTA RITA	2	1	95		
SÃO BENTO	4		13		
SAPÉ			9		
SOLEDADE			2		
SOUSA		3	9		
PARAIBA	25	24	1301	1	1

FONTE: SIM/DATASUS (2013). Elaborado pelo autor.

As maiores incidências dos homicídios no que tange ao gênero são sobre as pessoas do sexo masculino. No ano 2000 na Paraíba, para o sexo masculino, tinha-se uma taxa de 27,6/100 mil habitantes, passados 10 anos essa mesma categoria saltou para 73,3/100 mil. Um incremento percentual de 62,3% de crescimento no comparativo 2000/2010.

<sup>5</sup> Destacando a qualidade deficitária dos dados quanto a esta informação.

Já para o sexo feminino o início da década apresentava-se uma taxa de 2,4/100 mil. Em 2010 este dado foi de 6,1/100 mil, ou um incremento percentual na ordem de 60,6% no comparativo. Apesar dos indicadores serem inferiores aos dados do sexo masculino, descobre-se que na Paraíba o assassinato de mulheres cresceu expressivamente nos últimos dez anos.

A seguir observaremos como estão divididas entre os municípios as respectivas taxas de homicídio com relação ao sexo do indivíduo vitimado. De acordo com as pesquisas realizadas pelo *Mapa da violência 2013- Mortes matadas por armas de fogo* a Paraíba ocupa a 5ª posição entre todas as UF do país onde mais se matam pessoas do sexo masculino, com uma taxa de 63,4/100 mil habitantes para o ano de 2010, o que pode ser confirmado em nossa pesquisa.

**Tabela 5 - Taxas, segundo sexo na Paraíba, 2000-2010.**

Cidades	sexo masculino		sexo feminino	
	2000	2010	2000	2010
ALHANDRA	50	78,9	—	—
ARARUNA	35,3	21,4	11,9	—
AOREIRAS	21	65	—	30,4
BAYEUX	71	192,7	13,2	23
BELEM	49,3	107,8	11,7	11,2
CAAPORA	43	99,1	—	9,7
CABEDELO	48,4	249,7	—	13,1
CAMPINA GRANDE	59,4	96,5	3,2	5,4
CATOLE DO ROCHA	138,8	249,5	14,6	13,5
CONDE	36,1	102,2	—	28,2
ESPERANÇA	14,52	26,39	—	—
GUARABIRA	4	71,1	—	3,49
JOAO PESSOA	64,4	118,7	13,5	9,5
LAGOA SECA	33,3	47	—	—
MAMAGUAPE	10,4	52,9	—	—
PATOS	36,7	112,9	10,3	5,6
PEDRAS DE FOGO	23	81,6	7,7	7,3
PRINCESA ISABEL	22,7	—	19,1	—
QUEIMADAS	5,6	50,1	—	4,7
RIO TINTO	—	61,8	—	—
SANTA RITA	49,6	154,8	3,9	14,4
SÃO BENTO	46,5	108,1	—	6,3

**Tabela 5 - Taxas, segundo sexo na Paraíba, 2000-2010.***(Continuação)*

Cidades	sexo masculino		sexo feminino	
	2000	2010	2000	2010
SAPÉ	25,6	56,7	8,2	19,6
SOLEDADE	–	29,5	16,2	–
SOUSA	3,3	37,7	–	2,9
PARAIBA	27,6	73,3	2,4	6,1

**FONTE:** SIM/DATASUS (2013). Elaborado pelo pesquisador.

Como se percebe na tabela acima há cidades onde os homicídios de mulheres chegou a um patamar de epidemia, como é o caso de Aroeiras, Bayeux, Conde e Sapé onde as taxas de homicídios femininos ultrapassaram a barreira dos 18 homicídios por cem mil habitantes do sexo feminino. Em Aroeiras a taxa de 30,4 assassinatos por cem mil habitantes do sexo feminino está acima três vezes do tolerável pelas Nações Unidas, que é de 10/100 mil no máximo.

Ainda com relação ao sexo das vítimas percebemos que em Bayeux, no ano de 2010, a taxa de homicídio para o sexo masculino foi de 192,7/100 mil habitantes, já para o sexo feminino no mesmo ano a taxa foi de 23/100 mil. Em Cabedelo foi de 249,1/100 mil para o sexo masculino e para o sexo feminino 13,1/100 mil. Em Campina Grande foi de 96,5/100 mil para o sexo masculino e de 5,4/100 mil para o sexo feminino. Em Catolé do Rocha a taxa para o sexo masculino foi de 249,5/100 mil, já o sexo feminino teve uma taxa de 13,5/100 mil. A capital, João Pessoa, para o sexo masculino a taxa de homicídio foi de 118,7/100 mil no ano de 2010 e para o sexo feminino 9,5/100 mil. Em Patos 112,9/100mil para o sexo masculino e 5,6/100 mil para o sexo feminino. Em Santa Rita, foi de 154,8/100 mil a taxa de homicídios para o sexo masculino e 14,4/100 mil para o sexo feminino (Cf. tabela 5, ano 2010).

Os níveis percentuais de incremento no diferencial 2000/2010, apesar da lacuna de alguns dados indisponíveis, demonstra o crescimento mais expressivo nas taxas de homicídios por gênero. Destacando duas cidades: Campina Grande e João Pessoa. Verifica-se na primeira uma taxa de 59,4 hom/100 mil em 2000 que salta para 96,5 hom/100 mil em 2010, com incremento percentual de 38,4% nas taxas de homicídios masculinos. Apesar da taxa do sexo feminino ser bem inferior a taxa do sexo masculino, observa-se, ainda em Campina Grande, um incremento percentual de 40,7% nas taxas de homicídios feminina no período 2000 (com taxa de 3,2 hom/100 mil) / 2010 (com taxa de 5,4 hom/100 mil).

**Tabela 6 - Diferenças percentuais nas taxas de homicídios masculino e feminino por cidade**

idades	taxas 2000 MAS	taxas 2010 MAS	dif %	taxas 2000 FEM	taxas 2010 FEM	dif %
ALHANDRA	50	78,9	36,63%	–	–	#VALOR!
ARARUNA	35,3	21,4	-64,95%	11,9	–	#VALOR!
AOREIRAS	21	65	67,69%	–	30,4	#VALOR!
BAYEUX	71	192,7	63,16%	13,2	23	42,61%
BELEM	49,3	107,8	54,27%	11,7	11,2	-4,46%
CAAPORA	43	99,1	56,61%	–	9,7	#VALOR!
CABEDELO	48,4	249,7	80,62%	–	13,1	#VALOR!
CAMPINA GRANDE	59,4	96,5	38,45%	3,2	5,4	40,74%
CATOLE DO ROCHA	138,8	249,5	44,37%	14,6	13,5	-8,15%
CONDE	36,1	102,2	64,68%	–	28,2	#VALOR!
ESPERANÇA	14,52	26,39	44,98%	–	–	#VALOR!
GUARABIRA	4	71,1	94,37%	–	3,49	#VALOR!
JOAO PESSOA	64,4	118,7	45,75%	13,5	9,5	-42,11%
LAGOA SECA	33,3	47	29,15%	–	–	#VALOR!
MAMAGUAPE	10,4	52,9	80,34%	–	–	#VALOR!
PATOS	36,7	112,9	67,49%	10,3	5,6	-83,93%
PEDRAS DE FOGO	23	81,6	71,81%	7,7	7,3	-5,48%
PRINCESA ISABEL	22,7	–	#VALOR!	19,1	–	#VALOR!
QUEIMADAS	5,6	50,1	88,82%	–	4,7	#VALOR!
RIO TINTO	–	61,8	#VALOR!	–	–	#VALOR!
SANTA RITA	49,6	154,8	67,96%	3,9	14,4	72,92%
SÃO BENTO	46,5	108,1	56,98%	–	6,3	#VALOR!
SAPÉ	25,6	56,7	54,85%	8,2	19,6	58,16%
SOLEDADE	–	29,5	#VALOR!	16,2	–	#VALOR!
SOUSA	3,3	37,7	91,25%	–	2,9	#VALOR!
PARAIBA	27,6	73,3	62,35%	2,4	6,1	60,66%

Fonte: SIM/DATASUS/IBGE. Formulado pelo pesquisador.

Já em João Pessoa as taxas de homicídios do sexo masculino saltaram de 64,4/100 mil em 2000 para 118,7/100 mil em 2010, com incremento percentual de 45,7% no período. Os homicídios do sexo feminino em João Pessoa em suas taxas tiveram um incremento percentual de - 42,1% no para o período 2000/2010, diferindo da tendência majoritária para toda a Paraíba. No estado como um todo o crescimento percentual para os sexos masculino e feminino foi de 62,3% e 60,6%, respectivamente.

Verificamos, portanto, que a maioria dos crimes cometidos é contra a vida das pessoas do sexo masculino, em que consubstancia um dado bastante preocupante. Não obstante, as mulheres vêm, cada vez mais, sendo vitimadas na mesma série histórica.

Os jovens entre 15 e 29 anos de idade são mais vitimados segundo pesquisas relevantes (NÓBREGA JR, 2012). Para tanto, analisaremos este grupo mais vitimado. Em relação a 2010, os municípios de João Pessoa, Campina Grande, Bayeux, Cabedelo, Santa Rita, e Patos se destacam nestes números (Cf. tabela 7).

**Tabela 7 - Números de Homicídios x População Jovem (15 a 29 anos) - 2010**

<b>Cidades</b>	<b>Hom. Pop. Jovem (15 a 29 anos)</b>	<b>Hom. Pop não jovem (30 anos acima)</b>
ALHANDRA	1	1
ARARUNA	1	1
AOREIRAS	1	2
BAYEUX	61	36
BELEM	12	5
CAAPORA	10	9
CABEDELLO	39	24
CAMPINA GRANDE	109	96
CATOLE DO ROCHA	26	9
CONDE	27	10
ESPERANÇA	3	1
GUARABIRA	11	9
JOÃO PESSOA	328	53
LAGOA SECA	3	–
MAMAGUAPE	3	–
PATOS	36	8
PEDRAS DE FOGO	5	1
PRINCESA ISABEL	2	–
QUEIMADAS	7	3
RIO TINTO	3	5
SANTA RITA	64	28
SÃO BENTO	2	2
SAPÉ	13	4
SOLEDADE	1	–
SOUSA	6	4

**FONTE:SIM/DATASUS. Elaborado por Duília Dalyana Ribeiro dos Santos**

Em Bayeux os jovens entre 15 e 29 anos de idade foram vitimados em 62,8% dos casos. Enquanto o restante, 37%, com 36 assassinatos, representou as faixas etárias acima dos 30 anos.

Como em Bayeux, a maioria dos municípios apresenta dinâmica parecida no que tange a faixa etária.

Em Cabedelo foram 39 pessoas assassinadas de 15 a 29 anos de idade, correspondendo a 62% das vítimas. Com 24 assassinatos de pessoas com idade superior aos 30 anos, correspondendo a 38% das vítimas. Em Campina Grande foram 109 mortes por agressão de pessoas entre 15 e 29 anos de idade, ou seja, 53,1% das vítimas. O restante das vítimas, 46,8%, tinha mais de 29 anos.

A capital apresentou a maior vitimização entre 15 e 29 anos de idade. Foram 328 homicídios de pessoas jovens, correspondente a 86% das vítimas. Aquelas com mais de 30 anos foram menos vitimadas com 53 assassinatos em números absolutos ou 14% dos homicídios perpetrados. Em Patos, no sertão paraibano, foram assassinadas 36 pessoas, 69% da faixa etária jovem que estão entre 15 a 29 anos e para aqueles com mais de 30 anos apenas 8 homicídios, ou 31%. E em Santa Rita, foram 64 pessoas assassinadas entre 15 e 29 anos, ou 75% dos casos, enquanto o grupo formado por pessoas acima dos 30 anos registrou 28 homicídios, ou seja, 16% dos casos.

Deste modo, a nossa pesquisa revela o grupo mais vitimado no Estado segundo a faixa etária da vítima, que são os jovens que estão entre 15 e 29 anos de idade. Chamando atenção para as cidades, acima, que se destacam em números absolutos e em níveis percentuais.

### 3.2 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa traz resultados importantes e relevantes. Respondendo aos objetivos alcançados:

1. Vemos que a educação é uma variável importante e, por que não dizer, determinante para o controle dos homicídios, sobretudo entre os jovens. Daí políticas públicas educacionais a nível municipal serem importantes para a redução da evasão escolar e a consequente manutenção dos jovens na sala de aula;

2. A maioria das vítimas de homicídios nos municípios mais violentos do Estado da Paraíba tem características claras quanto aos aspectos analisados em cima das macrovariáveis socioeconômicas escolhidas para a análise: primeiro, são vítimas jovens, em sua grande parte entre 15 e 29 anos de idade – idade produtiva, o que impacta negativamente na economia -, são de baixo nível de escolaridade, mais de 95% dos assassinatos são perpetrados em pessoas com menos de 12 anos de escolaridade; são em sua grande maioria, também mais de noventa por cento dos casos, vítimas do sexo masculino; e são, majoritariamente, da cor da pele parda;
3. Uma descoberta relevante de nossa análise aqui empreendida está no fato de que as mulheres, não obstante serem menos vitimadas que os homens, apresentou um nível de incremento percentual em suas taxas de homicídios na ordem de 60,6% no período 2000-2010. Ou seja, o crescimento da violência contra a mulher é uma realidade comprovada empiricamente.

#### 4 VIOLÊNCIA HOMICIDA E A SEGURANÇA PÚBLICA EM JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE<sup>6</sup>

A segurança pública é uma das políticas públicas executadas pelo Estado. É um direito civil e social garantido pela Constituição Federal de 1988 em seus artigos quinto e sexto, respectivamente. Há uma crise da segurança pública do Brasil, o que vem contribuindo para os elevados índices de criminalidade no país, com destaque ao Nordeste. Praticamente todos os estados dessa região apresentam elevados indicadores de violência, sobretudo a homicida, sem respostas adequadas do Estado em um de seus principais papéis, o de *monopólio da força* (NÓBREGA JR., 2012).

Os números da ineficácia da segurança pública brasileira são expressivos. A literatura nacional segue uma tendência a colocar um nível significativo de relação/associação entre o crescimento da criminalidade e da violência e a incapacidade do estado em garantir a segurança dos indivíduos (NÓBREGA JR.; ZAVERUCHA; ROCHA, 2009).

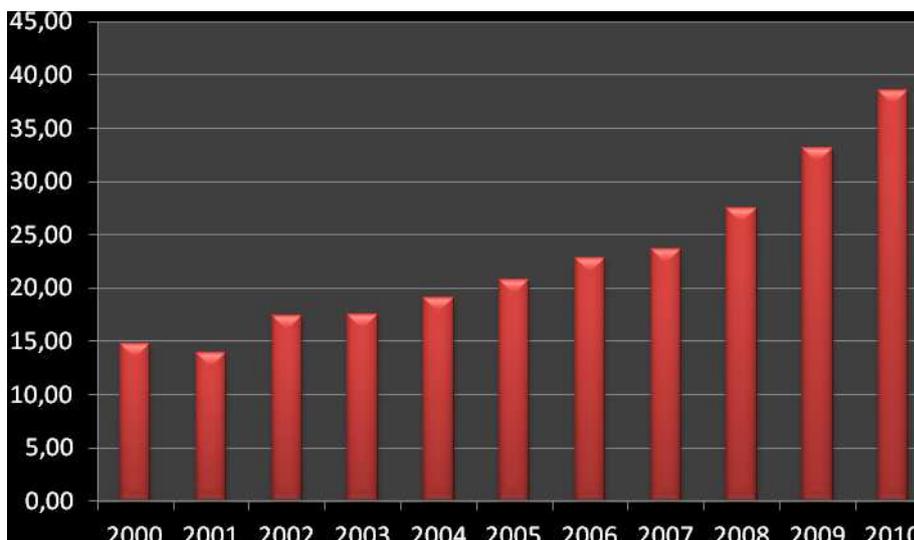
O problema a ser aqui analisado é *como a gestão pública municipal vem tratando a questão da Segurança Pública nos municípios de João Pessoa e Campina Grande e qual a real relação de sua performance na condução do controle social (ou da violência e do crime)*. Estrategicamente, escolhemos os municípios de Campina Grande e João Pessoa para a análise, já que se tratam das principais cidades do Estado.

##### 4.1 DIAGNÓSTICO DA VIOLÊNCIA HOMICIDA EM CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA

João Pessoa e Campina Grande, as duas cidades mais importantes da Paraíba tanto em termos de indicadores socioeconômicos como populacionais, apresentaram crescimento nos seus números de homicídios. João Pessoa, em 2000, teve 191 pessoas assassinadas. Em 2010, último ano disponível da série histórica, esse dado foi de 495 mortes. Portanto, o número de homicídios mais que dobrou. Já em Campina Grande, no ano de 2000 foram 106 pessoas assassinadas, e em 2010 este dado pulou para 187 assassinatos. Ou seja, houve um incremento de 43,3% nos números absolutos de homicídios.

---

<sup>6</sup> Artigo desenvolvido no âmbito da pesquisa de PIBIC (Programa Institucional de Bolsas em Iniciação Científica do CNPq), intitulada “A Gestão da Segurança Pública nos Municípios Paraibanos”, no exercício 2011/2012. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido.

**Gráfico 4 - Taxas das Mortes por Agressão (homicídios) na Paraíba – 2000 a 2010.**

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/Ministério da Saúde (SIM/MS).  
Cálculo das Taxas Nóbrega Jr. (2011).

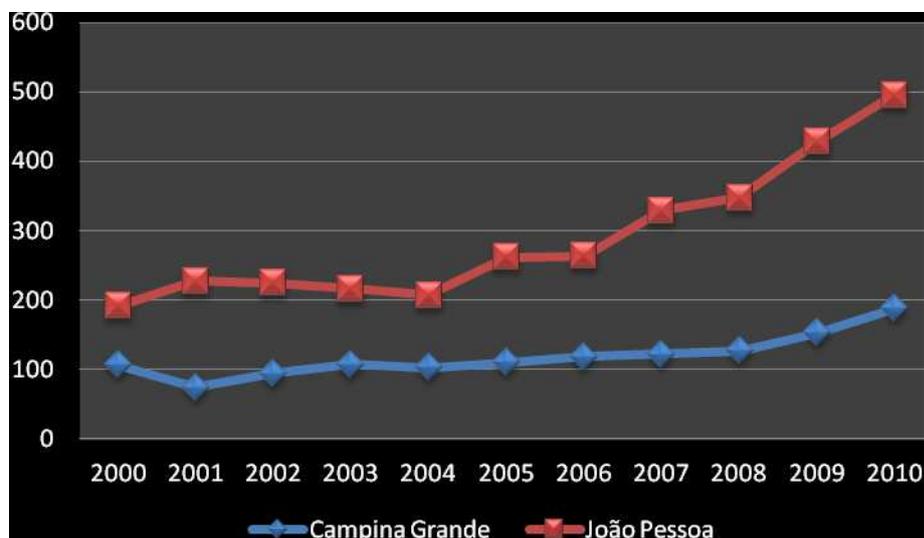
João Pessoa, no início da década, era a 15ª capital mais violenta do Brasil. Passados dez anos, a cidade ocupa atualmente a 2ª posição entre as capitais mais letais. É a sexta cidade brasileira mais violenta entre aquelas que possuem de 300 mil a mais de um milhão de habitantes. Campina Grande aparece em quarto lugar entre as cidades brasileiras de seu mesmo porte populacional (Cf. tabela 8 ) (NÓBREGA JR. 2012b). Do total das mortes por agressão do Estado em 2010, 47% dessas mortes estão concentradas nesses dois municípios. Dos 1.452 assassinatos da Paraíba em 2010, 682 foram perpetrados em João Pessoa e Campina Grande.

**Tabela 8. Cidades de Porte Populacional Semelhante a Campina Grande**

Municípios	Pop	N hom	Taxas 100 mil
Cariacica	348738	292	83,73
Betim	378089	223	58,98
Olinda	377779	214	56,65
Campina Grande	385213	187	48,54
Macapá	398204	181	45,45
Diadema	386089	132	34,19
Montes Claros	361915	83	22,93
Piracicaba	364571	61	16,73
Carapicuíba	369584	38	10,28
Maringá	357077	35	9,80
Mogi das Cruzes	387779	35	9,03
Jundiaí	370126	21	5,67

Fonte: retirado de NÓBREGA JR. (2012b). Dados IBGE/SIM

**Gráfico 5 - Números Absolutos de Violência Homicida  
João Pessoa e Campina Grande – 2000/2010**



Fonte: SIM/DATASUS (Banco de Dados do Sistema Único de Saúde) (2012)

Nessa dinâmica, a maioria das mortes de violência homicida teve como vítima os homens. Em Campina Grande, no ano de 2010, de um total de 187 homicídios, 176, ou 95% deles, vitimaram pessoas do sexo masculino. Já em João Pessoa, para o mesmo ano, dos 495 assassinatos, 458, ou 92,5% dos mortos foram do sexo masculino (Cf. Tabela 9).

**Tabela 9 - Violência homicida em Campina Grande e João Pessoa  
2000/2010 – Sexo Masculino**

Município	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Campina Grande</b>	100	69	79	103	95	103	107	113	115	139	176
<b>João Pessoa</b>	180	208	209	209	198	239	250	307	330	400	458
<b>Total</b>	280	277	288	312	293	342	357	420	445	539	634

Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Seguindo a tendência nacional, os grupos mais vitimados por homicídios são formados por jovens. João Pessoa e Campina Grande não fogem a esta regra. A tabela 3 demonstra que o grupo mais vitimado está na faixa etária dos 20 aos 29 anos de idade. Deste modo, quase 50% das mortes por agressão nos dois municípios ceifam indivíduos com esta faixa etária. Introduzindo a variável *jovens entre 15 e 29 anos*, o percentual sobe para quase 60% das vítimas de homicídios em Campina Grande e 66,5% em João Pessoa.

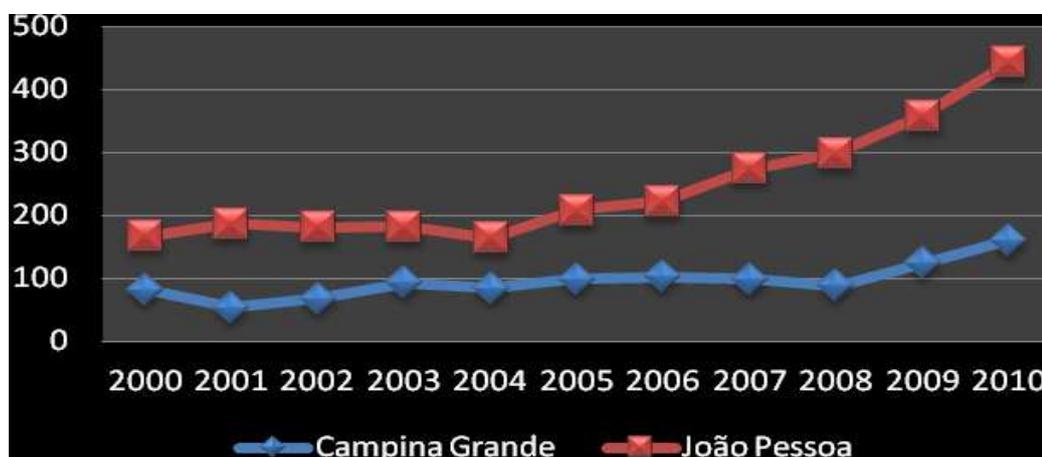
**Tabela 10 - Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa por Faixa Etária – 2010**

<b>Faixa Etária</b>	<b>Campina Grande</b>	<b>João Pessoa</b>
1 a 4 anos	1	2
5 a 9 anos	1	1
10 a 14 anos	5	11
15 a 19 anos	33	97
20 a 29 anos	76	231
30 a 39 anos	46	101
40 a 49 anos	16	31
50 a 59 anos	4	12
60 a 69 anos	3	4
70 a 79 anos	2	-
80 anos e mais	-	-
Idade ignorada	-	5
<b>Total</b>	<b>187</b>	<b>495</b>

**Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM**

As mortes por violência homicida na Paraíba são, majoritariamente, cometidas através do uso de arma de fogo. Dos 682 assassinatos ocorridos em 2010 nas duas cidades em destaque, 602 deles foram provocados por arma de fogo (equivalente a 88% dos assassinatos). Em Campina Grande segue-se a mesma tendência. Dos 187 assassinatos do ano de 2010, 160 deles, ou 80% foram perpetrados por arma de fogo. Em João Pessoa, para o mesmo ano, dos 495 homicídios, 442 deles, ou 89,5% foram executados com arma de fogo (ver evolução no gráfico 6).

**Gráfico 6. Violência Homicida Campina Grande e João Pessoa por arma de fogo – 2000/2010 (números absolutos)**



**Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM**

No que tange a cor da pele, a maioria dos assassinatos ocorre no grupo de cor parda. A maioria da população brasileira encontra-se nesse grupo. Praticamente, mais de 80% da população brasileira é considerada parda<sup>7</sup> potencializando a variável dependente *violência homicida*, já que o grupo de maior vitimização é o de cor parda. Há uma forte correlação entre cor da pele e homicídios. Dos 495 vitimados em João Pessoa em 2010, 461 deles, ou seja, 93% dos casos eram de cor parda. Em Campina Grande, para o mesmo período, dos 187 homicídios, 178 deles, ou seja, 95,5% das vítimas eram de cor parda (cf. tabela 11).

**Tabela 11. Violência Homicida em João Pessoa – cor da pele (2000/2010)**

Cor/raça	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>JOÃO PESSOA</b>											
Branca	7	6	2	10	4	7	7	11	13	13	13
Preta	1	3	4	2	2	2	2	4	3	4	5
Amarela	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Parda	152	164	167	172	161	218	205	273	303	385	461
Ignorado	30	54	51	32	40	34	49	41	28	26	15
Total	191	227	224	216	207	261	263	329	347	428	495
<b>CAMPINA GRANDE</b>											
Branca	17	14	8	4	3	4	13	4	1	2	5
Preta	2		1	3	1	-	2	1	1	3	2
Parda	85		59	95	98	106	101	116	124	147	178
Indígena	2		-	-	-	-	2	-	-	-	1
Ignorado	-		26	5	-	-	-	1	-	-	1
Total	106		94	107	102	110	118	122	126	152	187

**Fonte:** MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

Quanto ao nível de escolaridade das vítimas, nas duas cidades, há um sério problema em se correlacionar com os homicídios perpetrados. Os dados ignorados no que tange ao nível de escolaridade, superam os 75% dos números absolutos de homicídios em João Pessoa e chega aos 65% em Campina Grande. Contudo, para os dados confirmados dessa variável, as mortes por agressão tendem ao decréscimo quando os anos de escolaridade superam os oito anos de sala de aula (Cf. Tabela 12).

<sup>7</sup> Conforme dados populacionais resgatados do IBGE estimados de 2000 a 2009 e o censo de 2010.

**Tabela 12. Violência Homicida *versus*  
Anos de Escolaridade em Campina Grande 2000/2010**

<b>ESCOLARIDADE</b>	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
<b>CAMPINA GRANDE</b>											
Nenhuma	37	40	20	31	2	2	-	-	2	4	4
1 a 3 anos	27	19	20	36	22	4	6	12	16	22	20
4 a 7 anos	25	4	11	15	15	20	21	11	18	35	29
8 a 11 anos	4	-	4	-	4	3	3	2	6	6	9
12 anos e mais	4	1	-	-	2	2	1	2	-	3	2
Ignorado	9	10	39	25	57	79	87	95	84	82	123
Total	106	74	94	107	102	110	118	122	126	152	187
<b>JOÃO PESSOA</b>											
Nenhuma	16	9	9	7	3	6	5	8	5	8	9
1 a 3 anos	35	44	39	31	17	15	6	14	38	42	35
4 a 7 anos	23	30	29	22	20	17	25	21	40	58	60
8 a 11 anos	4	4	3	4	-	12	4	7	10	12	12
12 anos e mais	-	3	2	2	1	2	4	-	3	2	4
Ignorado	113	137	142	150	166	209	219	279	251	306	375
Total	191	227	224	216	207	261	263	329	347	428	495

**Fonte:** MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Portanto, os jovens, do sexo masculino, de baixo nível de escolaridade e de cor da pele parda são os mais vitimados e, geralmente, tem o mesmo perfil do jovem delinquente. Daí a necessidade de políticas de prevenção e repressão centradas, especificamente, nestes grupos. Suas taxas ultrapassam, e muito, as taxas de homicídios agregadas para toda a população.

#### 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM SEGURANÇA PÚBLICA

A Política Pública como disciplina acadêmica tem sua gênese nos EUA, filha de uma ruptura da clássica visão europeia que focava tão somente nas instituições e suas análises sobre o Estado. A nova concepção norte-americana de política pública propõe analisar, sobretudo, as formas que os governos executam suas ações (SOUZA, 2006).

De acordo Souza (2006), alguns pressupostos auxiliam na implementação eficaz e eficiente das políticas públicas em democracias consolidadas. Os mecanismos de gestão das ações do poder público podem ser formulados cientificamente. O estudo da execução das

políticas públicas torna-se mister, sendo uma área das mais relevantes na Ciência Política contemporânea. Tornando-se fundamental entender por que os governos optam por determinadas ações.

Alguns conceitos básicos trazem à luz da política pública peças-chaves para o entendimento do funcionamento da engenharia política e das análises das ações dos atores responsáveis por gerenciar a coisa pública. O esforço em definir as políticas públicas é algo relevante e tem construído uma literatura em torno do termo. Como a definição de Laswell (1936), que introduz o conceito de *policy analysis* (análise de política pública), a de Simon (1957), com a expressão de *policy makers* e a limitação da racionalidade dos decisores públicos. Ambos convergindo para o conceito de política pública como sendo um campo de conhecimento que busca analisar o *governo em ação* ou *analisar essa ação* (SOUZA, 2006: p 26).

A Segurança Pública é uma política pública setorial e como tal deve-se então analisar as ações dos atores políticos responsáveis pela sua gerência. Assim, verificar como esses atores vem desenvolvendo mecanismos inteligentes de coerção. Verificar o desempenho das instituições coercitivas e que administram os conflitos é de suma importância para o controle social.

Planejar Políticas Públicas em Segurança na Paraíba é automaticamente ligá-la a *Accountability Democrática* (BEHN, 1998 e NÓBREGA, 2010). O termo *accountability* refere-se à ideia de responsabilização, ao controle e à fiscalização das ações dos agentes públicos, concomitantemente é preciso que haja a interação entre uma política de segurança com polícias inteligentes, ou seja, um bom sistema de coerção, mas também que sejam responsáveis perante o Estado e perante a sociedade civil, obedecendo às leis que são fundamentais para as garantias dos direitos individuais, constituindo um Estado Democrático de Direito.

Em Pernambuco há redução das mortes por agressões. Com o plano *Pacto pela Vida*<sup>8</sup> implementado pelo governo de Eduardo Campos e que tem influenciado outros estados a tomarem medidas para a diminuição da violência homicida. Atualmente a prefeitura do Recife criou uma secretaria especial para a questão da segurança pública e do controle da violência. Trata-se da Secretaria de Segurança Urbana (SESEG) que vem discutindo com a sociedade a implementação de um modelo gestor para a segurança a nível municipal.

---

<sup>8</sup> Programa de Segurança do Estado de Pernambuco que teve início em maio de 2007 e que vem sendo apontado como o principal motivo para a redução dos homicídios naquele Estado (NÓBREGA JR., 2012).

## 5 GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE E JOÃO PESSOA

Sabe-se que a responsabilização institucional da Segurança Pública concentra-se em boa medida no papel dos estados da federação. Contudo, a Segurança Pública aparece na Constituição Brasileira como dever do Estado numa estrutura federada. Sendo assim, o ator institucional municipal passa, também, a ser responsabilizado pela área da Segurança.

Dito isto, a literatura nacional e internacional já aponta para a responsabilidade dos municípios na área da Segurança Pública (NÓBREGA JR., 2010). O seu papel é fundamental para o controle da criminalidade e da violência o que pode ser visto em alguns exemplos, como no caso paulistano, onde cidades do ABC paulista tiveram na figura do gestor municipal o principal expoente para o arrefecimento de suas altíssimas taxas de homicídios em curto espaço de tempo (NÓBREGA JR., 2012a; KAHN e ZANETIC, 2009; SOARES, 2008).

Segundo Ferreira *et al* (2009 p. 15) cinco políticas de natureza municipal são importantes para a Segurança Pública:

1. Criação das Guardas Municipais;
2. Institucionalização de conselhos, secretarias e planos municipais de segurança;
3. Acesso dos municípios aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública;
4. Criação da lei de restrição de funcionamento de bares e venda de bebidas alcoólicas;
5. Policiamento Comunitário.

Segundo os dados levantados do Perfil dos Municípios Brasileiros (IBGE, 2009), como foi visto na análise da violência homicida na Paraíba, em Campina Grande e em João Pessoa, onde as taxas de homicídios cresceram numa série histórica de dez anos, nenhum deles tem um Conselho Municipal de Segurança, nem um plano municipal e muito menos fundos específicos para essa área. Em Campina Grande sequer existe Guarda Municipal, não obstante ter uma população de mais de 380 mil habitantes.

Na Paraíba, do total de 223 municípios, 197 não dispõem de estrutura de Segurança Pública (IBGE, 2009). Não há planejamento para a área e a questão nem sequer está num processo de incipiência em sua concepção.

De acordo com os dados do IBGE, apenas 22,6% de 5.565 municípios possuem estruturas específicas de Segurança Pública no país. Destacam-se neste critério o Rio de Janeiro, com 60,5% de municípios que dispõem de algum plano de segurança pública, e Piauí, com 60,3% que possuem mecanismos formais para lidar com a Segurança. Percebemos na

tabela abaixo que na região Nordeste, de 1.794 municípios apenas 416, ou 23% deles, possuem Guarda municipal (cf. tabela 13).

**Tabela 13. - Regiões, total de municípios e com Guarda municipal – 2009.**

Regiões	Total de municípios	Com existência de Guarda municipal
Norte	449	59
Nordeste	1 794	416
Sudeste	1 668	318
Sul	1 188	56
Centro-Oeste	466	16

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

Esta pesquisa vislumbra caminhos importantes para o ente municipal que, no que se refere a gestão da segurança pública, mostra-se *unaccountable* com a área. Os homicídios crescem a olhos vistos, como pode ser visto no diagnóstico da violência homicida na Paraíba, mas os gestores municipais nada fazem para arrefecer este processo.

Este capítulo analisou a gestão da segurança pública nos municípios de João Pessoa e Campina Grande. Percebemos que os municípios apresentam lacunas nas questões tocantes à segurança pública, o que vem contribuindo para o crescimento da criminalidade. A ausência de políticas públicas na área da segurança é fator importante para o descontrole da criminalidade (NÓBREGA JR., 2012).

Aprofundamos a pesquisa nos dois municípios tendo em vista que ambos têm maiores impactos no Estado. Vimos que a capital João Pessoa, que estava na 15ª posição das capitais mais violentas do país, ao longo de 10 anos, saltou para a 2ª posição neste ranking. Já Campina Grande, numa realidade não muito distante, apresentou também crescimento no mesmo período e ocupa o quarto lugar dentre as cidades com o seu mesmo porte populacional.

Algumas macrovariáveis foram levadas em consideração em relação aos homicídios, o que nos revelou o perfil das pessoas vitimadas. Estas majoritariamente são formadas por jovens entre 15 e 29 de idade, do sexo masculino, com menos de 12 anos de escolaridade e de cor da pele parda. Esses dados apresentam-se como um bom indicador para o planejamento de políticas públicas de prevenção à violência.

Observamos que as gestões desses respectivos municípios deixam a desejar com relação à segurança para com a vida de seus cidadãos/municípios. Uma cidade como Campina Grande, segunda maior da Paraíba e com índices de desenvolvimento socioeconômico interessante, sequer existem Guardas Municipais, ou mesmo Conselho Municipal de Segurança. Isto pode contribuir para o aumento da criminalidade, uma vez que os meliantes se aproveitam da ausência da coerção para cometerem atos infracionais, sabedores da fragilidade institucional a nível municipal.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta presente pesquisa ofereceu uma investigação pura sobre a criminalidade violenta nos municípios paraibanos, unindo a base teórica que fomenta e da sustentação a este tema, com as análises estatísticas. Embora existam poucos trabalhos analisando as causalidades desse crescimento significativo dos homicídios na Paraíba, é sabido a urgência de atenuar esses números que a pesquisa versa, percebendo a necessidade da atuação dos gestores no que tange a criação de projetos e mecanismos de operação para a segurança pública em nível dos municípios estudados.

Dos 223 municípios que compõem a geografia da Paraíba, 26 deles, ou um pouco mais de 10% do total, são responsáveis por mais de 80% de todos os assassinatos ocorridos. Contudo é válido lembrar que a partir da Constituição de 1988 foi incrementado ao aparelho estatal a responsabilidade de manter a ordem pública através das organizações responsáveis pela segurança pública, assim como os Estados verificamos que a performance das instituições municipais também podem contribuir para arrefecer a criminalidade violenta na elaboração de políticas públicas eficazes e eficientes.

A literatura revisada, mesmo não esgotando o debate, trouxe teorias importantes e relevantes quanto à formulação das hipóteses a serem testadas e aos desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas em segurança. Dentre esses desafios, os governos municipais passam a ter responsabilidade importante para a política pública de segurança, já que esta não se esgota no papel do aparato de justiça criminal.

É possível perceber que a educação é uma variável importante e, porque não dizer, determinante para o controle dos homicídios, sobretudo entre os jovens. Daí políticas públicas educacionais a nível municipal serem importantes para a redução da evasão escolar e a consequente manutenção dos jovens na sala de aula

A maioria das vítimas de homicídios nos municípios mais violentos do Estado da Paraíba tem características claras quanto aos aspectos analisados em cima das macrovariáveis socioeconômicas escolhidas para a análise: primeiro, são vítimas jovens, em sua grande parte entre 15 e 29 anos de idade – idade produtiva, o que impacta negativamente na economia -, são de baixo nível de escolaridade, mais de 95% dos assassinatos são perpetrados em pessoas com menos de 12 anos de escolaridade; são em sua grande maioria, também mais de noventa por cento dos casos, vítimas do sexo masculino; e são, majoritariamente, da cor da pele parda.

É preciso que o Estado cumpra com o que está previsto pela Constituição de 88 e assumas suas responsabilidades para com a vida dos seus cidadãos e não deixe nas mãos dos homens o poder ilimitado de violência. A criação de políticas públicas tanto em nível estadual, quanto municipal seria o subsídio mais cabal e indicado a atual situação. Não só como pesquisadora, mas também como cidadã demonstro minha preocupação com a realidade da segurança pública do meu Estado.

## REFERÊNCIAS

- BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida. Relação entre homicídios e indicadores econômicos em São Paulo, Brasil, 1996.. **Revista Panamericana de Salud Publica**. Washington, v.7, n. 2, p. 118-24, 2000.
- BEATO, C. C. e REIS, I. A. Desigualdade, Desenvolvimento Socioeconômico e Crime. In: HENRIQUES, Ricardo; BARROS, Alexandre Ramos (orgs.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro. IPEA. 2000.
- BECKER, G. (1968). Crime and Punishment: An Economic Approach. **Journal of Political Economy**. v. 76, p. 169-217, 1968.
- CANO, I. SOARES, Gláucio D. **As teorias sobre as causas da criminalidade**. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. (manuscrito).
- CERQUEIRA, Daniel; ; LOBÃO, Waldir. Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. **Dados – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. v. 47, n.2, p. 233-269, 2004.
- CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. In: BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- COELHO, Edmundo Campos. A criminalidade urbana violenta. **Dados – Revista de Ciências Socais**. Rio de Janeiro, v.31, n.2, p. 145-83, 1988.
- EHRlich, Isaac. Participation in Illegitimate Activities: A Theoretical and Empirical Investigation. **Journal of Political Economy**. v.81, Issue 3, p.521-65, 1973.
- FAJNZYLBER, Pablo; LEDERMAN, Daniel; LOAYZA, Norman (Editores). Crimen y victimización: una perspectiva econômica. In:\_\_\_\_\_. **Crimen y Violencia en América Latina**. México, DF: Banco Mundial, Alfaomega. . 2001.
- FERREIRA, Sinésio P., LIMA, Renato S. e BESSA, Vagner (2009), “Criminalidade Violenta e Homicídios em São Paulo: Fatores Explicativos e Movimentos Recentes”. **Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3**, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil, 2009. ISSN 1984-7025.
- FLEISHER, Belton M. The effect of Income on Delinquency. *American Economy Review* v.56, p.118-37, 1966.
- IBGE (2009). Perfil dos Municípios Brasileiros.
- KAHN, Tulio; ZANETIC, André (2009), “ O papel dos municípios na segurança pública”, In: **Coleção Segurança com Cidadania, Ano 1, Nº 3**, Homicídios: Políticas de Controle e Prevenção no Brasil, 2009. ISSN 1984-7025

LIMA, Roberto Kant de. (1995), **A Polícia da Cidade do Rio de Janeiro: Seus dilemas e paradoxos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1995.

MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1957.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. Os Homicídios no Nordeste Brasileiro. **Segurança, Justiça e Cidadania**. O Panorama dos Homicídios no Brasil. Ano 3. n. 6, 2011. ISSN 2178-8324.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. **Os homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: Dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas**. 2010. 271f. Tese (doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Recife, 2010.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da., ZAVERUCHA, Jorge; ROCHA, Enivaldo C. da. Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos. **BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. São Paulo, n. 67, p. 7-141, 2009. ISSN 1516-8085.

NÓBREGA JÚNIOR. José Maria Pereira da. A Segurança Pública como controle da violência homicida. **Prima Facie**. João Pessoa, v.10, n. 18, , Jan-Jun, 2011b.

NÓBREGA JÚNIOR. José Maria Pereira da (2012). **Ranking Das Cidades Mais Violentas Por Tamanho Da População: Pesquisa realizada no âmbito do Proext: Disseminando A Prática Dos Direitos Humanos No Cariri Paraibano**. Sumé –PB: CDSA/UFCEG, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR. José Maria Pereira da. **Homicídios no Nordeste. Dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida**. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR. José Maria Perira da (2010b), “A Semidemocracia Brasileira: autoritarismo ou democracia?” *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, n 23, jan./abr. p. 74-141, 2010b.

O’DONNELL, Guillermo (1998), “*Accountability* Horizontal e novas poliarquias”. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 44, 1998.

PAIXÃO, A. L. Crime, controle social e consolidação da democracia., In: REIS, Fábio Wanderley; O’DONNELL, Guillermo A. (orgs.), **A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

SAPORI, L. F. **Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGC, 2007.

SIM/DATASUS . Dados de Mortes por Agressão do banco de dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde. Brasil. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

SOARES, Gláucio Ary D. (2008), **Não Matarás: Desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, Celina (2006), Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, v.8, n.16, jul/dez, p. 20-45, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros – 2008**, [S.L]: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2013- Mortes matadas por armas de fogo**. [S.L]: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2013.

ZAVERUCHA, Jorge. **FHC, Forças Armadas e Polícia: Entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

ZAVERUCHA, Jorge. **Polícia Civil de Pernambuco: o desafio da reforma**. Recife: Ed. UFPE, 2009.